Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso Especial
665/2001-DR/BSB
Sindjus-DF
CORREIOS

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF - Ano XIV - Nº 29 - Novembro de 2005

15 Anos

Sales Augusto, funcionário do TST.

Endividamento compromete salário

Págs. 14 e 15

Ataques ao fim do Nepotismo

Págs. 19,20 e 21

Consciência Negra

Avanços no ambiente de trabalho, ocupação de postos importantes no Judiciário e ampliação de espaço participativo na sociedade.

Págs. 5, 6 e 7

PARTICIPE DA NOVA AÇÃO DA JUSTIÇA:
O PROCESSO CRIATIVO

Foto Marcello Casal Jr/ABr - ilustração marcha pelos 300 anos de Zumbi

Foram tantos os pedidos que o concurso Novas Idéias para a Justiça teve o prazo para inscrição prorrogado para 19/12. A mudança objetiva proporcionar mais tempo para conclusão dos trabalhos. Portanto, se você quer uma Justiça mais democrática e moderna, ainda dá tempo de inscrever sua monografia, projeto ou proposta. São R$ 95.000 em prêmios divididos em duas categorias: servidores e livre, com 03 vencedores em cada. Não deixe de participar. Informações: www.sindjusdf.org.br.

REALIZAÇÃO

SINDJUS-DF

STF
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

1º PRÊMIO NOVAS IDÉIAS PARA A JUSTIÇA

TT Catalão

EXPEDIENTE

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais
Ana Paula Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores de Administração e Finanças
Berilo José Leão Neto (STJ)
Cledo de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas
Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Mangueira Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais
Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer
Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

Redator responsável
Valdir Suzin
Reg. Prof. DF 01489 JP

Assistente
Cynthia de Lacerda Borges

Reportagem
Luciana Amaral
Priscila Xavier

Edição
EXTREMA
61 3033-5255 - agenciaextrema.com

Tiragem
10.000 exemplares

Capa
Foto: Glauber Fernandes/Planet Photo

Nossa greve é um chamado ao bom-senso

Desde a aprovação da primeira versão do PCS, há nove anos, a categoria passou por um longo caminho de crescimento político. Soube vencer as adversidades, acreditou no poder de sua organização sindical e lutou.

Fizemos movimentos paredistas em 1996, em 2002 e mais uma vez fomos obrigados a recorrer ao legítimo direito à greve, desta vez porque os servidores do Judiciário entenderam que a suspensão da tramitação da proposta, determinada pela mesa da Câmara, somada à demora da análise por parte do Conselho Nacional de Justiça, rompe os entendimentos a que haviam chegado com todos os presidentes dos tribunais, liderados pelo ministro Nelson Jobim, no sentido da aprovação do projeto do novo PCS até o final deste ano. Por isso, os servidores resolveram deflagrar uma greve em todo o País, a partir do dia 24 de novembro, para chamar a atenção dos presidentes dos tribunais superiores e do Conselho quanto à necessidade de sua urgente deliberação, possibilitando assim o cumprimento daquele compromisso.

Aprovar o PCS é o grande desafio de quase 100 mil servidores do Judiciário brasileiro. É, também, uma necessidade dos órgãos administrativos e de planejamento do Poder Judiciário. O PCS define uma melhor remuneração. Mas define, também, que a nossa categoria constitui uma carreira exclusiva de Estado, o que significa que as nossas atribuições devem ser exercidas por servidores concursados, comprometidos com o interesse público. O PCS prevê mecanismos para a nossa constante qualificação e aperfeiçoamento, em coerência com a idéia de que o quadro de pessoal do Estado deve estar permanentemente preparado para servir à população de maneira eficiente.

Fica claro que o aumento de salário não é o único objetivo dos servidores do Judiciário. Mas é um mecanismo importante de gestão e de planejamento administrativo de um quadro de pessoas que possuem um grande compromisso com a construção de um País verdadeiramente republicano, preocupado com os interesses da maioria da população. ■

José Geraldo de Souza Junior
Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB,
coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Entre favores e direitos

Uma das condições para a realização plena da condição republicana pela via democrática é a substituição da cultura do favor pela cultura dos direitos. Em sua clássica análise sobre a superação, no Brasil, da velha ordem colonial e patriarcal, Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil) alude precisamente às condições de uma convivência democrática, apontando para a emergência de padrões e de expectativas, constituídos pela institucionalização de procedimentos republicanos, com capacidade para revitalizar a sociedade e dar um novo sentido à vida política.

O nepotismo se inclui nessa ordem recalcitrante e oligárquica, com todas as suas conseqüências sociais, políticas e morais. Por esta razão se destaca a legitimidade da Resolução 07, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que proíbe a contratação de parentes, companheiros ou cônjuges de magistrados e funcionários públicos em cargos comissionados (de direção ou assessoramento) do Judiciário.

Numa interpretação muito pertinente desta obra, em prefácio a uma de suas edições, Antonio Cândido menciona a atualidade do livro para apelar ao esclarecimento de práticas políticas que possam sustentar, contra os extremos do personalismo, organizações administrativas fundadas na impessoalidade das leis e não mais nas disposições do arbítrio.

A condição pré-republicana assim descrita, não se resume ao caudilhismo apenas, uma das formas de intervenção na vida política, mas a várias outras expressões de redução da via democrática. O próprio Buarque de Holanda se refere à relutância pessoal em oposição patriarcal às orientações gerais que emanam da esfera pública por meio das leis e do direito, gerando um padrão pessoal e afetivo de hierarquia onde pesa a família e as relações de simpatia.

O mesmo fenômeno foi estudado por outros intérpretes da cultura brasileira e da formação política do País, levando a um acervo de categorias analíticas que permitem identificar os obstáculos que impedem a concretização de uma organização social democrática e coletiva que possa ser desenvolvida por meio de uma cultura republicana fundada nos direitos em superação a uma cultura assentada no favor e no clientelismo.

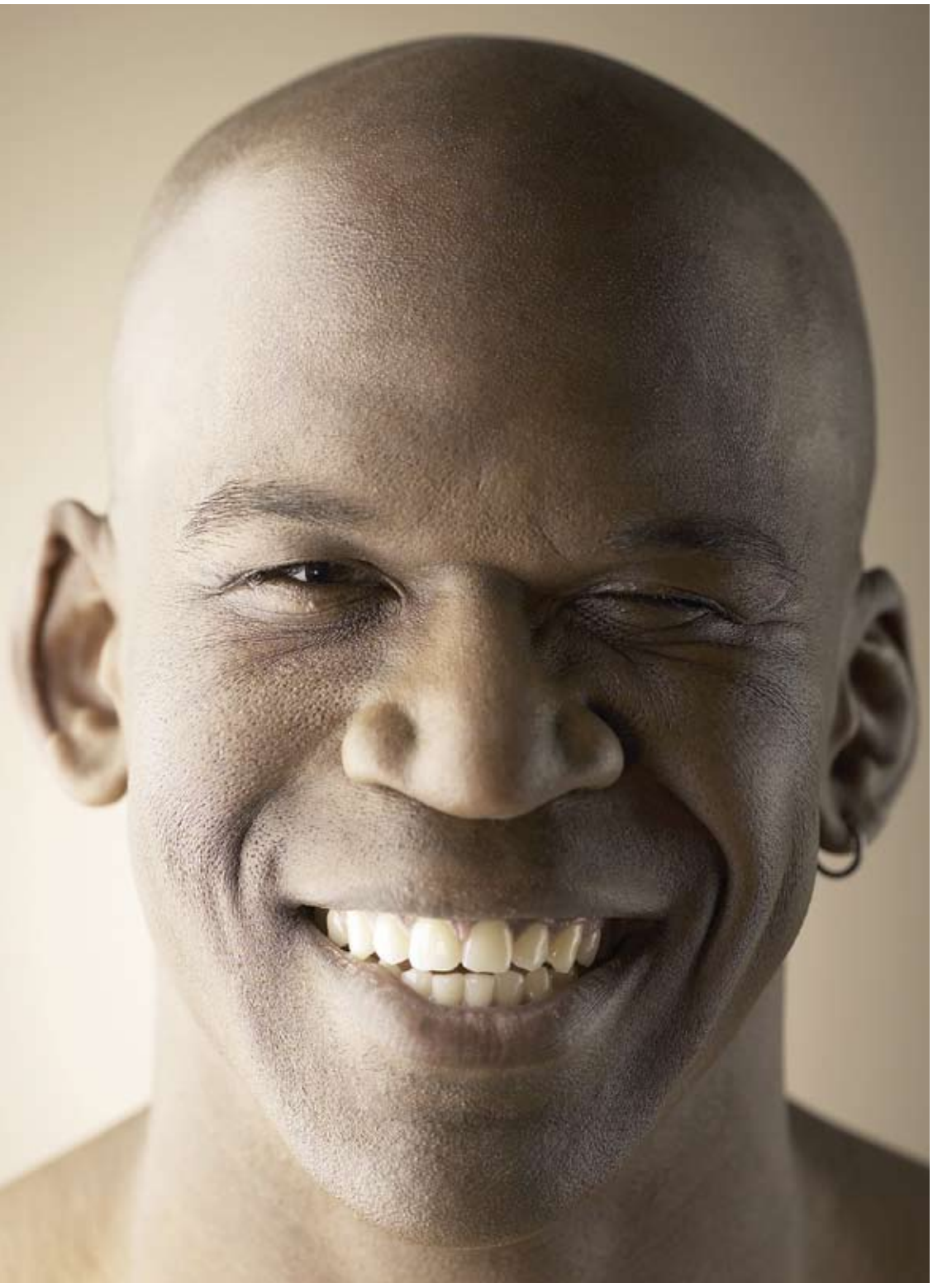
Deste modo, categorias como patrimonialismo e prebendismo, caracterizadas por Raymundo Faoro (Os Donos do Poder) e noções como coronelismo, mandonismo, clientelismo e filhotismo, desenvolvidas por Victor Nunes Leal (Coronelismo, Enxada e Voto) servem à revelação de práticas de favorecimento intergrupal incompatíveis com a condição democrática e republicana.

Não se trata de render-se a um conformismo tradicionalista e modelador de uma cordialidade característica, nem de assinalar um destino a partir do registro ibérico de origem, assinalada no fecho da Carta de Caminha e seu melancólico pleito de emprego para o genro ("E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro -- o que d'Ela receberei em muita mercê."). Cuida-se de assumir o quanto estas formas alienam a cidadania e que não haverá verdadeira disposição republicana senão pela emancipação dessas sociabilidades arcaicas e das mentalidades que lhes acentuam os traços.

O nepotismo se inclui nessa ordem recalcitrante e oligárquica, com todas as suas conseqüências sociais, políticas e morais. Por esta razão se destaca a legitimidade da Resolução 07, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que proíbe a contratação de parentes, companheiros ou cônjuges de magistrados e funcionários públicos em cargos comissionados (de direção ou assessoramento) do Judiciário. O efeito demonstração da iniciativa pode contagiar de modo positivo as demais estruturas de poder do Estado e abrir ensejo para uma republicanização plena da administração pública brasileira.

Os debates que agora vão se iniciar, com a apresentação ao Supremo Tribunal Federal das primeiras ações contra a resolução do CNJ, abrem ensejo para a resistência doutrinária com a qual procurarão se preservar os velhos privilégios. Mas abrem também a oportunidade para consolidar instituições republicanas, impedindo, assim, para lembrar Sergio Buarque de Holanda, que o espírito do atraso repouse satisfeito nos seus dogmas indiscutíveis e em idéias que já não mais se aplicam. ■

O orgulho de ser negro – questão de justiça



No No Tribunal Regional Federal (TRF), pela primeira vez na história uma negra assumiu o cargo de desembargadora federal. O mérito coube à Neuza Maria Alves da Silva, que tomou posse no final de 2004. Neuza veio de uma família humilde, cujo pai ela não conheceu e a mãe era empregada doméstica. Foi a primeira negra a passar num concurso para juiz federal e especializou-se em direitos humanos. Ao tomar posse no TRF-1ª Região, ela afirmou que sua nomeação significava, para o país, o resgate da cidadania da raça negra. Para ela, representou o coroamento de uma carreira, ao longo de anos de trabalho.

Certamente, o Brasil tem hoje mais motivos para celebrar o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, apesar de não ser ainda, infelizmente, um país com uma verdadeira democracia racial. A data lembra a morte de Zumbi e também simboliza a luta dos negros pela sua inserção com dignidade na sociedade brasileira. Não é à toa que, nesse mesmo dia, foi inaugurada a TV da Gente, do apresentador e empresário Netinho de Paula, cujo objetivo

Cícero de Sousa

Valéria Dias de Lima

Edson Alves Vieira

é mostrar a diversidade étnica e o negro em situações positivas. Vale lembrar que, segundo pesquisa do Ipea, mais de 45% da população brasileira é negra. Contudo, entre os brasileiros que estão na linha de pobreza, os negros correspondem a 60%. Ou seja, a grande maioria dos negros está excluída dos bônus sociais produzidos neste país. Apenas 1,5% dos 10% brasileiros mais ricos são negros.

"Lembro que entre meus colegas de seção havia muitos negros, inclusive a diretora da seção vizinha era uma negra. Pensei: ao que parece, no TST, os negros têm possibilidade de assumir cargos de direção".
Sales Augusto

Em entrevista à publicação mensal Família Cristã, o jurista e secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Hédio Silva Júnior, afirmou: "as pessoas levam alguns segundos para acomodar mentalmente o fato de um negro ser secretário de estado". Para ele, os negros, assim como as mulheres, se sentem compelidos a mostrar mais competência para evitarem atitudes ou comentários discriminatórios. O racismo, muitas vezes, é implícito e gera conseqüências desastrosas, fazendo com que o preceito constitucional de que "todos são iguais perante a lei" seja ainda mera peça de ficção.

No Poder Judiciário e Ministério Público, há pessoas que conseguiram contrariar as estatísticas, superando ou driblando as marcas incômodas do preconceito racial diário, além das mesmas dificuldades que qualquer indivíduo de baixa renda tem para ascender a um bom cargo profissional. Washington Dias de Jesus, escrevente juramentado do cartório da 1ª Vara de Órfãos e Sucessões do TJDFT é um exemplo. "Trabalho há 27 anos e nunca sofri preconceito racial no ambiente de trabalho", frisa. "Pelo contrário, meu chefe é ótimo, fiz muitos amigos e sou feliz no que faço".

Sales Augusto dos Santos, doutorando em Sociologia pela UnB, onde pesquisa as relações raciais no Brasil, com ênfase para as ações afirmativas no ensino superior, entrou no serviço público em 1984, no INCRA, onde não lembra de ter conhecido chefes ou diretores negros. Começou a trabalhar no Tribunal Superior do Trabalho(TST) em novembro de 1992 e teve uma boa impressão deste órgão logo quando chegou. "Lembro que entre meus colegas de seção havia muitos negros, inclusive a diretora da seção vizinha era uma negra. Pensei: ao que parece, no TST, os negros têm possibilidade de assumir cargos de direção". Passados 13 anos, Sales acredita que algumas instituições superiores da justiça, como o STJ, STF e o próprio TST, registraram alguns avanços nas políticas afirmativas voltadas para os negros, porém há muito por fazer, principalmente no acesso de negros aos cargos de maior relevância.

O primeiro negro a ocupar uma cadeira de ministro no STF, Joaquim Barbosa, tem como chefe de gabinete, Marco Aurélio Lúcio, que também é negro. Bacharel em Economia, Marco fez concurso para analista judiciário assim que terminou a faculdade, no final de 1993. Passou em 15º lugar e começou a trabalhar em fevereiro de 1994, no Departamento de Pessoal – hoje Departamento de Recursos Humanos. "Terminei o curso de Direito na UniDF, em 2002. No ano seguinte, o ministro Joaquim Barbosa me chamou para a chefia de gabinete", conta. "Apesar de toda uma trajetória de lutas e sofrimentos, os negros finalmente estão conseguindo conquistar importantes postos no mercado de trabalho. Acabou aquela história de vermos os ne-

Gildésio Monteiro da Silva

Edilene Vasconcelos

Washington Dias de Jesus

Fotos: Glauber Fernandes - Planet Photo

gros se destacando apenas como jogadores de futebol".

Como chefe de gabinete, Marco Aurélio assessora o ministro nos compromissos, atende advogados e políticos, além de organizar a parte administrativa. "Não é um serviço tranqüilo, mas já me acostumei com o ritmo", afirma. "Aqui todos se ajudam e me sinto muito bem no ambiente de trabalho".

Já o técnico judiciário Cícero Celso de Sousa, servidor público desde a década de 70, sempre conviveu de forma pacífica e cordial com os colegas de trabalho e nunca sequer ouviu piadinhas de cunho racista. "Sinto-me realizado e tenho orgulho de ver os negros ocupando altos postos no Judiciário, como é o caso do ministro Joaquim Barbosa, do STF, a desembargadora federal Neuza Maria e o presidente do Tribunal de Justiça do Acre, desembargador Samoel Evangelista", enumera.

No Tribunal Superior Eleitoral, a técnica judiciária Regina Costa sente-se à vontade em seu trabalho. "Jamais fui discriminada", afirma. Já o técnico judiciário Roberto França sofreu com a discriminação. "Sinto diferença no tratamento do chefe em relação a mim", conta. "Já me chamaram a atenção por uma determinada falha ocorrida num setor em que nem sequer estive presente".

MPU

O vice-presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal, Edson Alves Vieira, não se sente discriminado no trabalho e jamais se sentiu preterido em qualquer função. Pelo contrário, sempre foi chamado para exercer funções, mostrando competência e eficácia. "O preconceito na sociedade existe de uma forma inconsciente", afirma. "Não existem raças, mas apenas a raça humana. Somos todos iguais".

Também servidor do MPU, Gildésio Monteiro da Silva já se sentiu discriminado, mas não no trabalho. "Nunca fui preterido de qualquer encargo pelo fato de ser negro", diz.

Já a chefe do Setor de Limpeza, Cooperagem e Jardinagem, Valéria Dias de Lima, acredita que algumas pessoas, inclusive no trabalho, a vêem como objeto sexual. "Mulheres negras têm a vida particular mais invadida, como se elas estivessem sempre disponíveis", critica. Segundo ela, a mulher negra, quando está com um homem de tez clara, é vista como prostituta ou amante, mas nunca como namorada ou esposa. "Isso acontece principalmente em viagens", frisa.

A presidente da Associação dos Servidores do MPU, Edilene Vasconcelos, concorda: "a pessoa negra precisa sempre estar provando sua competência", ressalta.

Ambas procuram maior decoro no vestir, evitando decotes, a fim de impor respeito e evitar discriminação. "Passei até a me arrumar mais, para não ser vítima de comentários maldosos", conclui Edilene.

Seminário

O Ministério Público Federal realizou recentemente a I Semana de Debates sobre Racismo e Desigualdades Raciais do MPF, realizado entre os dias 21 e 25 de novembro. Entre as principais atrações do evento, destaca-se a exibição do curta-metragem Vista Minha Pele, de Joelzito de Araújo, e o lançamento da revista sobre Perfil Racial e Percepção do Racismo no MPF. Outro destaque do seminário foi o debate sobre ações afirmativas, no qual estiveram presentes, entre outros, os professores José Jorge – do Departamento de Antropologia da UnB – e Carlos Pio, do Departamento de Relações Internacionais da UnB; o deputado federal Luiz Alberto (PT-BA) e a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Ela Wiecko. ■

"A pessoa negra precisa sempre estar provando sua competência"

Edilene Vasconselos

Os conflitos de rua na França

Fotos: Glauber Fernandes - Planet Photo

Anttônio Carlos Queiroz - ACQ

Quais as causas da rebelião dos filhos de imigrantes que devastou a França por mais de vinte dias, deixando um saldo de dezenas de escolas, inúmeros prédios públicos e mais de 9.000 veículos incendiados, e que levou o governo do presidente Jacques Chirac a decretar o estado de emergência? Este é o tema desta entrevista com a professora Christiane Girard Ferreira Nunes, "francesa de documento e brasileira de coração", como ela mesma diz. Especialista nas questões do mundo do trabalho, da cidadania e das identidades, Christiane doutorou-se pela UnB em 1993 defendendo uma tese sobre o universo cultural das empregadas domésticas de Brasília. O bate-papo com o Jornal do Sindjus foi feito logo depois do retorno de sua recente viagem à França, onde participou de um Congresso sobre economia solidária.

Jornal do Sindjus - Professora, estamos tentando entender a rebelião dos jovens da periferia das grandes cidades francesas. O que está acontecendo?

Christiane Girard – Estou chegando de Paris e me pareceu que essa rebelião era algo esperado há muito tempo. Trata-se de uma questão muito mais complexa do que aparece na mídia. Acho que faltou uma política de integração desses jovens. A política hegemônica na França pensou que a educação republicana iria integrá-los. Mas, por muitas razões, a educação pública não foi suficiente nem foi competente para pensar a questão do multiculturalismo, que a França depara há muito tempo, mas que não consegue resolver. Eu fiz uma tese de doutorado sobre a questão da cidadania, e me lembro que brincava, dizendo: "Se você quer ser considerado francês, um francês vai lhe perguntar: 'Mas seus pais fizeram a guerra? Você paga impostos?'" São as duas condições fundamentais no imaginário francês para que você tenha a identidade francesa. É óbvio que por baixo da questão da imigração, que vem de uma situação conflituosa na esfera do trabalho, e que tem a ver com a integração dos direitos sociais, havia uma tensão muito forte.

JS – Os observadores dizem que a geração anterior de imigrantes era muito mais integrada do que a geração atual, formada por pessoas que nasceram na França, e que têm todos os direitos da cidadania francesa.

Christiane - O problema é que há uma crise do mundo do trabalho, que não é só francesa. O desemprego é muito forte. Quando eu tinha 18 anos na França, nunca pensei que pudesse faltar trabalho. Bastava ter coragem para enfrentar o mercado de trabalho, e a gente encontrava trabalho. Ora, a situação mundial mudou. O que vigora é o modelo liberal, que gera a exclusão. Na crise da França eu diria que há três problemas, o político, o econômico e o cultural. O problema cultural está relacionado com a política de integração, que não foi feita. Ser o outro de alguém é a coisa mais violenta que pode existir, e a atual geração dos filhos de imigrantes interiorizou isso.

JS – A proibição do chador (manto usado pelas mulheres muçulmanas) há alguns meses nas escolas públicas francesas teria sido um erro? Muitos previram que tal proibição pudesse causar alguma confusão.

Christiane - É difícil dizer que foi um erro. Talvez tenha sido um erro sob alguns aspectos, por agudizar os conflitos. Ao mesmo tempo, uma nação, uma cultura, por mais que cometa erros, exerce a sua prerrogativa de reagir. A gente não pode imaginar uma coisa ideal. A gente deve enfrentar a realidade e ver o limite dessa atitude na realidade. A questão do chador tem a ver com a dificuldade de pensar o universal e o diferente ao mesmo tempo. E isso não será a França que vai resolver. Os grupos que pertencem a uma mesma cultura devem ter a maturidade política de encaminhar uma solução, de reconhecer a diferença em uma perspectiva de direito universal. É difícil, acho que é muito complicado. É verdade que houve pouca habilidade para tratar a questão e, obviamente, a gente sabe que os diferentes grupos que tiram partido dos conflitos também se multiplicaram.

JS – Parece que o estopim da crise foi uma frase do ministro do Interior, Nicolas Sarkozy, que chamou os jovens da periferia de "racaille", escória, meliantes. Que força tem esse tipo de discurso em momentos de tensão social?

Christiane – Esse discurso é extremamente perigoso. Uma vez pronunciado, assume vida própria que a gente não controla. Se foi pronunciado é porque alguém o sustenta. Ninguém fala sem saber que seu discurso pode ser ouvido. Tem alguns momentos da democracia em que algumas palavras são absolutamente interditas. Essa palavra foi pronunciada porque é escutada e é capaz de mobilizar. Significa uma ameaça muito grande à ordem democrática. Quanto à violência, a meu ver, é a diferença que a gente faz na teoria entre a violência e o conflito. Violência, de certa forma, é desconsiderar o outro. Conflito é considerar que tem um sujeito de direito. Será que essa violência vai se transformar em conflito que, na ordem normativa, resultaria em ações políticas? Talvez este seja o único caminho.

JS – O que impressiona é que essa linguagem violenta, de considerar os muçulmanos ou os povos árabes

"O problema cultural está relacionado com a política de integração, que não foi feita. Ser o outro de alguém é a coisa mais violenta que pode existir, e a atual geração dos filhos de imigrantes interiorizou isso."

uma ameaça à nossa civilização, foi o discurso usado pelos americanos depois do 11 de setembro. Na época, a França fazia contraponto ao discurso americano, e agora, justamente os franceses parecem copiar o discurso do Bush!

Christiane – A gente não pode, pelo amor de Deus, resumir a França ao Sarkozy! Tem forças diferentes, tem pressões absolutamente opostas, tem a mídia atenta a isso...

JS – Claro, mas o Bush também não resume os americanos!

Christiane – Sim, mas ele resume de certa forma, no sentido de que tem a pode agir em função de seu discurso. Eu acho que a possibilidade de agir do Sarkozy será contrabalançada por forças diferentes.

"Não acho que necessariamente seja culpa de quem ensina, dos estudantes ou do governo. Talvez eu esteja errada, mas acho que faltou um atendimento às famílias dos imigrantes, para que houvesse uma aproximação entre as famílias, as escolas e o Estado."

JS – Sim, mas ontem mesmo, o ministro do Emprego, Gérard Larcher, e outros políticos da direita atribuíram à poligamia a causa da rebelião. Eles disseram que os africanos e os muçulmanos produzem filhos demais, que não podem educar, e que esses jovens acabam indo para as ruas, provocando confusões. O Sarkozy não resume os franceses, mas também não está sozinho.

Christiane – Não, sem dúvida. É o que estou dizendo, um discurso não pode ser pronunciado se muitos não estão com os ouvidos favoráveis a ele. Trata-se de um discurso discriminatório, racista. Ao mesmo tempo, a gente não pode negar as tensões que tem as outras culturas. O fato de os chamados "subúrbios quentes" terem taxas de desemprego de 40% provoca tensão entre os nativos e os imigrantes. Isso também acontece no Brasil com os nordestinos que vão trabalhar em São Paulo quando o desemprego é muito grande. Não havia o discurso da separação do Nordeste do resto do País? Tem discurso para tudo.

JS – Na viagem à França, o que você percebeu na opinião pública? Como é que o cidadão comum está vendo a crise?

Christiane – Depende da classe social desse cidadão comum. Eu fui a um Congresso Internacional sobre Democracia e Economia. Eu representava a economia solidária e, obviamente, encontrei pessoas progressistas, que tinham a visão de acalmar os ânimos e de arregaçar as mangas para trabalhar juntos em políticas de integração. A visão do cidadão comum depende de onde ele vive, se na Rive Gauche e em Saint-Germain-des-Prés, ou em Belleville e Gennevilliers. Depende da tensão que ele vive. Depende dos grupos. Mas eu diria que a tensão está à flor da pele, mostrando o fracasso da ausência de uma política de integração. Não acho que necessariamente seja culpa de quem ensina, dos estudantes ou do governo. Talvez eu esteja errada, mas acho que faltou um atendimento às famílias dos imigrantes, para que houvesse uma aproximação entre as famílias, as escolas e o Estado. Muitas vezes, as famílias da primeira geração não falavam francês, e então as crianças não tinham muito apoio na escola.

JS – A imprensa mostrou que os rebeldes botaram fogo nos carros dos vizinhos, em suas próprias escolas, nos ônibus que eles mesmos utilizavam. Um dos analistas disse que os meninos se sentem livres para agir no seu bairro, mas têm a sensação de viver numa numa prisão, e, assim, agem como se fossem os presos que queimam os colchões de suas celas. Isso faz sentido?

Christiane – Acho que faz sentido, sim, sobretudo o fato de queimarem as escolas. Isso é muito significativo. Queimar o carro também: é o bem que o outro tem. Eu li a entrevista de um senhor da primeira geração, que tinha conseguido com muita dificuldade comprar um carro. Ele construiu pouco a pouco a história dele na França, conseguiu até um apartamento, e o carro, para transportar os filhos. E perguntava: "E agora?". Portanto, tem aqueles que conseguiram se integrar. É uma questão muito sensível a classe social, por mais que a teoria diga que não existe mais classe social. Ela existe e é difícil de ser vivenciada em um momento de crise como este.

JS – Mas se os membros de uma classe social lutam entre si, como fica a identidade de classe?

Christiane – Esta é uma discussão fundamental que foge um pouco do assunto que a gente está discutindo. Mas, ao mesmo tempo, a gente não pode negar a terceirização, a deslocalização, e a dessindicalização muito forte. Nesse sentido, a identidade de classe torna-se vulnerável. Em vez da identidade de classe, você

apela para a identidade cultural. A identidade de classe permite encaminhar os conflitos normativamente. Mas tornando-se frágil, as pessoas se refugiam na cultura, o que também é extremamente contraditório. Por exemplo, na questão das mulheres. Eu me lembro da posição das feministas francesas sobre a questão do chador. Um representante muçulmano, eleito num bairro quente, dizia que o chador era uma virtude até revolucionária. Ora, do ponto de vista do feminismo, em patamar universal, é difícil lidar com o reconhecimento das diferenças.

JS – Os atuais conflitos na França parecem fortalecer a controvertida teoria do cientista político americano Samuel Huntington, sobre o "choque das civilizações". O que você acha disso?

Christiane – Talvez eu seja uma otimista, mas acho que fazer explodir e exorcizar os velhos demônios traz a possibilidade de se olhar de novo a perspectiva plural. De acabar com o mito da identidade "essencialmente francesa". Talvez seja uma possibilidade otimista exorcizar um pouco isso, mas com muita prudência, para não deixar que extrapole e seja perigoso para todos nós.

JS – Na época das reformas napoleônicas, era francês quem falava francês, a língua de Paris. E hoje?

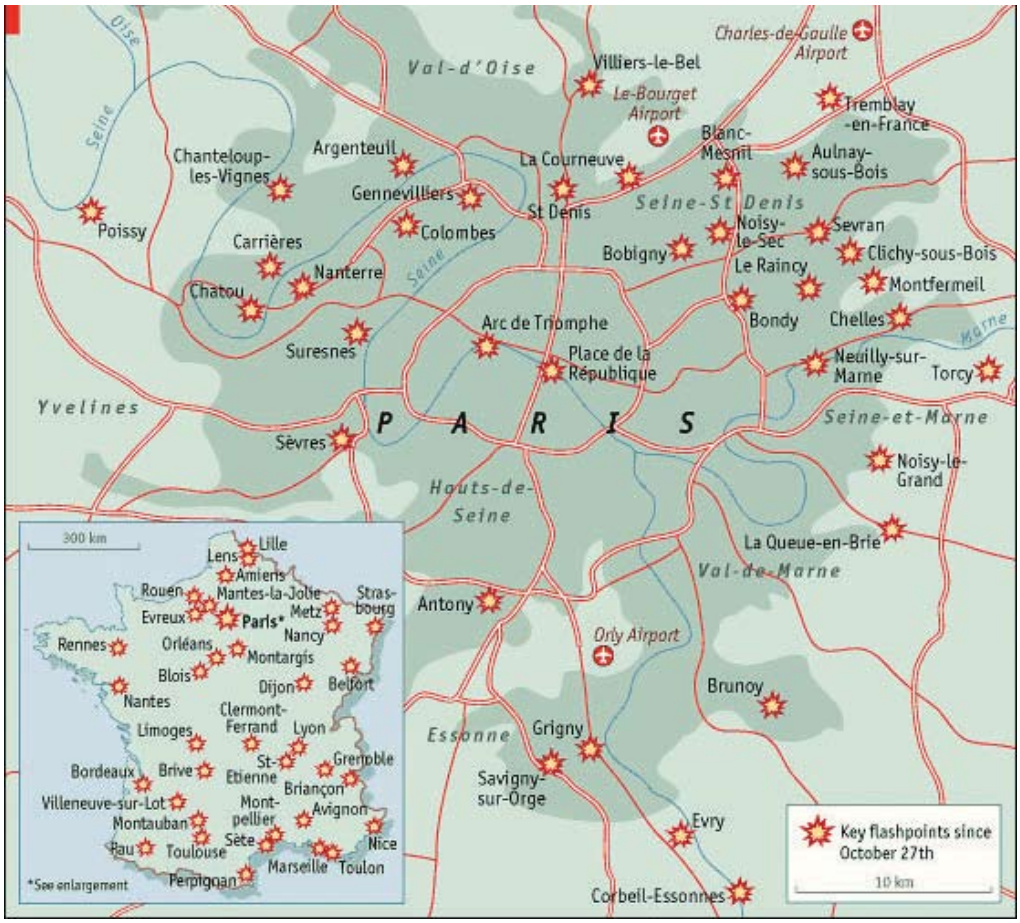
Christiane – O meu congresso foi realizado em Rennes, na Bretanha, e eu me surpreendi e fiquei contente com a retomada oficial da língua local, o bretão, embora alguns dos meus irmãos me tenham dito que não havia razão para ficar contente. Tem curso de bretão na universidade, as placas de rua são bilíngües, em francês e em bretão. O que isso significa? A vontade de reencontrar a identidade num momento de fragilidade. Pode ser o melhor ou o pior dos mundos, mas eu vejo que a questão de ser ao mesmo tempo igual e diferente é um eterno debate, que, em momentos de crise de integração social, política e econômica, eu sempre recoloco na ordem do dia.

JS – Diante dessa crise, o governo não estaria tentando desvirtuar o problema econômica?

Christiane – Acho que não. É claro que a resposta do governo, de ameaçar os autores dos incêndios de cortar seus direitos sociais, como o subsídio à locação familiar, é uma resposta econômica. Uma resposta da lógica, da racionalidade da economia liberal, que realmente ameaça a ordem democrática.

JS – Você acha que crise francesa poderia se espalhar pela Europa, já que o desemprego também é muito grande entre os jovens de outros países? Na Alemanha, por exemplo, onde é grande a colônia turca.

Christiane – Seria imprudente dizer isso sem avaliar as políticas de integração mais efetivas adotadas em outros países, como a Bélgica e a Holanda. Mas é verdade que o desemprego também é muito alto nos outros países. Quando os índices de desemprego atingem 40%, a situação fica preocupante. Temos que pensar no problema mais profundamente. Por que será que a crise explode na França, que oferece garantias e direitos sociais mínimos, de habitação, saúde, que outros países não têm? Temos que refletir sobre o que falta, porque não é só uma questão econômica. A questão do reconhecimento do outro, a meu ver, é algo fundamental, que pode se tornar muito destruidora se você projeta o que dizia o Sartre (filósofo Jean-Paul Sartre, um dos papas do Existencialismo) de sempre sermos "o judeu de alguém". Quando interiorizamos a idéia de que somos o outro negativo de alguém estamos diante de uma situação que gera violência e não conflito. E isso pode se expandir. ■



Na pessoa do quilombola Sabá do Curiaú, Amapá, celebramos o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, enquanto o Brasil precisa reconhecer, sem disfarces, todos os valores das suas matrizes e matizes mestiças: pela própria sobrevivência e dignidade que nos dignificam como um povo em permanente construção.

Zumbi foi o último líder do Quilombo dos Palmares, formado entre 1590 e 1694 na Serra da Barriga, hoje Alagoas e Pernambuco. Zumbi chefiava dezenas de mocambos. O primeiro foi a Cerca do Macaco. Eram acampamentos de escravos, índios e fugitivos brancos que se refugiavam da perseguição dos senhores e governo. Na América hispânica a resistência era conhecida como Cumbe ou Palanque. O território tem 200 km. de largura desde a margem esquerda do curso inferior do São Francisco até à altura do Cabo de Santo Agostinho. Fica no planalto de Garanhuns e, para além da Serra da Barriga, do Cafuchi, Juçara, Pesqueira e Comonati. Tem nove rios. Mata e fechada e terreno acidentado que facilita a defesa. Os mocambos principais são o Amaro, Sucupira, Tabocas, Zumbi, Osenga, Acotirene, Danbrapanga, Sabalangá, Andalaquituche.

Palmares chegou a reunir 20 mil pessoas em cerca de 6 mil casas, tendo começado com a fuga de 40 escravos dos engenhos de açúcar de Pernambuco. Incomodou pelo grau de autonomia, organização tática militar e comercial sendo considerado "um risco declarado" de prosperidade que poderia incentivar outros núcleos. O grupo resistiu a

dezenas de ataques, desde os holandeses, em 1644 e 1645. Cai após a segunda investida do coronel Domingos Jorge Velho (1614-1703), bandeirante paulista, em 6 de fevereiro de 1694. De 1596 a 1716, ano da destruição de seu último reduto, o grupo suporta 66 expedições militares e contra-ataca por 31 vezes.

Zumbi conseguiu escapar, mas foi morto por André Furtado Mendonça em 20 de novembro de 1695, no seu esconderijo, denunciado por Antônio Soares, seu homem de confiança. Zumbi teve a cabeça decapitada e exposta na praça central de Recife, para inibir novas tentativas de revolta contra a escravidão.

O padre Antonio Vieira em sua Carta a Roque Monteiro Paim, de 2 de julho de 1691, escreveu:.

"Esta liberdade seria a total destruição do Brasil, porque conhecendo os demais negros que por este meio tinham conseguido o ficar livres, cada cidade, cada vila, cada lugar, cada engenho, seriam logo outros tantos Palmares, fugindo e passando-se aos matos com todo o seu cabedal, que não é outro mais que o próprio corpo"

SABÁ – a resistência hoje

Conheci Sebastião Menezes da Silva, o Sabá, em um simbólico 7 de setembro, na visita ao Curiaú que se estrutura para ser mais um dos 600 Pontos de Cultura do MinC. Na volta do barco Navegaramazonia (Ponto de Cultura flutuante do cineasta Jorge Bodansky) a Capital o jornalista jornalista Fernando França colocou como obrigatória a ida até o Curiaú e o quilombo de Lagoa dos Índios onde uma comovente apresentação de Marabaixo se estendeu pela madrugada. Terras muito próximas ao urbano da cidade e com grande poder de consciência e cidadania. É imediata a relação entre estes líderes negros da resistência hoje e a luta de Zumbi. As armas são outras: educação, informação, canais abertos e cultura que ao mesmo tempo sofre influências, mas procura digerir o de fora sem perder a verdade por dentro. Sabá é um agricultor que sobrevive da produção agrícola tradicional e cidadão atuante na mais expressiva definição de compromisso ética e testemunho fraterno que podemos encontrar hoje entre os brasileiros mais ilustres. É membro fundador da Associação de Moradores do Quilombo do Curiaú; pertence ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macapá; está nos Conselhos de Ecoturismo do Curiaú, Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, Municipal de Desenvolvimento Rural; integra a Comissão Estadual de Emprego e Renda do Amapá; e é Presidente do Curiaú Atlético Clube; Escritor e Redator do jornal Quilombo do Curiaú; Membro do Conselho do Caixa

(Relatos de Sabá no livro Curiaú, resistência de um povo, SEMA-2004, Macapá - Fotos: TT Catalão)

Escolar; Diretor e Artista de Teatro Amador. Um zumbi antenado. Grande amor pelo que faz. Político não só pela cabeça, mas cheio de sentimento e arte. Sabá é ágil no raciocínio, tem apurada visão intuitiva para o registro de coisas, saberes e fazeres da sua gente. Edita opiniões, combate, denuncia, dá toques e casos em seu xerocado Jornal do Quilombo. Seus relatos foram editados em 2004 pela Secretaria do Meio Ambiente no livro Curiaú, a resistência de um povo. Antes de Fernando recomendar a visita ao quilombo já havia encontrado um exemplar na banca de revistas do apaixonado tricolor carioca, seu Dorival, um verdadeiro ponto cultural no centro da cidade onde se acha tudo e se encontra todos e todas da cultura da região.

Poesia nos lugares do Curiaú

"O quilombo do Curiaú tem três mil trezentos e vinte e um hectares e tem como limites, ao norte a Gleba Matapi, Curiaú e Vila Nova. Ao sul encosta na área urbana da cidade de Macapá. Ao leste a margem direita do rio Curiaú. A oeste a Comunidade de Curralinho. Do lado direito da estrada de quem vem da cidade: Fronteira, Campina do Canto do Beco, Campina do Canto do

VALEU, ZUMBI — VALÉ, SABÁ

TT Catalão

Pucinho, Canto do Pucinho, Canto do Bibiano, área das matas da Ponta, isso na terra firme. Na parte do lago tem o Fundo do Pergunta, Beira do Torrão, Taboa, Passagem do Breu, Dezoito Moita, Laranjal, Capadinho, Teso da Maiada, Piriquito, Os Cacos, As Quineiras, Canal da Ligeira e Gopá dos Montes. Do outro lado da estrada, lado esquerdo de quem vem da cidade, os locais são chamados de Mirim, Maiadinha, Canto do Molemole, Tapera, Canto do Capiuara, Canto do Jacaré, Maiada, Canto da Picada da Bina, Canto do Barracão, Canto do Supriano, Canto Cumprido, Canto do Poço de Baixo. Nas partes do lago são conhecidos como: Ilha da Formiga, Ilha dos Carneiros, Ilha dos Nambus, Ilha dos Pioís, Ilha da Justina e Ilha do Cipá. Estes nomes são muito importantes para as pessoas do Quilombo, pois nas conversas são contados fatos relevantes desses perímetros ou locais. Todos os moradores sabem de onde está se falando. O rio Curiaú também tem estas mesmas denominações dos locais, começando da cabeceira no lago do Curiaú. As partes chamam-se: os Barrancos, Barro Vermelho, Cotovelo, Estirão da Árvore Grande, Estirão dos Cacws, Matupá, Banheiro do Capitão Janary, Capadinho, Choro, Aricuri, Mangueira, Gopá, Joaquinzinho, Limoeiro, Tufão, Tracuá, Joaquim Bento, Morte, Ipoca, Machado, Chiqueiro, Estirão da Área do Mocambo, e assim até na boca do rio Curiaú".

Crediário nunca mais

Especialistas e psicólogo explicam como não se endividar e o que fazer com o décimo terceiro

Priscila Xavier

Crédito fácil, descontrole financeiro e vantagens de empréstimos. Esses são uns dos motivos que levam pessoas a se endividarem. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 15% da população brasileira, cerca de 25 milhões de pessoas, vivem endividadas. A frase "curta hoje, pague depois", tornou-se o novo lema do consumismo mundial. Uma inversão da ética milenar de colocar o sacrifício antes do prazer.

Muitos se iludem e acreditam que basta um aumento salarial para a situação se normalizar. Na prática, porém, o que se vê é que esta dificuldade independe do salário recebido. Os gastos aumentam na mesma proporção em que as pessoas recebem aumentos. Como diz o dito popular, "quanto mais se ganha, mas se gasta."

Muitos se iludem e acreditam que basta um aumento salarial para a situação se normalizar. Na prática, porém, o que se vê é que esta dificuldade independe do salário recebido. Os gastos aumentam na mesma proporção em que as pessoas recebem aumentos. Como diz o dito popular, "quanto mais se ganha, mas se gasta". É um erro achar que o crescimento do valor dos rendimentos resolverá os problemas. A dificuldade em administrar a vida financeira continuará existindo.

Mesmo com bastante dinheiro no bolso, boa parte dos brasileiros prefere evitar as compras à vista e abusar do parcelamento. Apesar de parecer a melhor solução, esta é a via mais perigosa. Nem sempre quem parcela os pagamentos, tem saldo positivo no banco quando chegam as contas. Além disso, prolongar a quitação do valor das compras traz uma grande dor de cabeça; juros, cada vez mais abusivos.

Bruno do Nascimento, consultor financeiro, explica que o juro permitido pelo Banco Central é de até 2% ao mês. Mas, bancos, comércios e até agiotas, praticam juros de 12 a 23%. "Esse é uns dos motivos do endividamento. Os juros são tão altos que, muitas vezes, as pessoas não conseguem pagar a dívida, pagam somente os juros", afirma.

Segundo Bruno, a única maneira de uma pessoa conseguir limpar o nome quando está endividada, é pagando a dívida. Contudo, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, após cinco anos, caso o indivíduo não tenha pagado a dívida, seu cadastro não poderá conter informações negativas.

"Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes".

"§ 1° Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos".

Segundo Cláudio Boriola, também consultor financeiro, as dívidas contraídas com o uso de cartões de crédito, cheque especial e crédito pessoal, podem ter juros de 233% ao ano. "Sem ter como arcar com essas despesas, as pessoas acabam comprometendo o orçamento da família pelo resto do ano" explica.

De acordo com Cláudio, com a chegada do mês do décimo terceiro, a melhor forma de usar o dinheiro extra, sem entrar no vermelho, é fazer o planejamento das finanças. "Deve ser anotado tudo aquilo que é gasto no mês, mesmo as pequenas despesas. Somente assim se pode ter uma idéia real do que está sendo gasto desnecessariamente, e como isso, pode ser diminuído ou evitado", explica.

Para que esse controle seja eficaz, o consultor orienta conhecer os hábitos de consumo da família. Ver onde e quando cada membro gasta, e o que pode ser eliminado. Porém, não basta apenas saber o destino do dinheiro de cada um e eliminar os supérfluos, é preciso comprometimento de toda a família para que os planos tenham efeito. Isso vale para o ano todo.

Depois de instituir o planejamento em casa, pode-se começar a pensar como vai ser usado o décimo terceiro. O mais importante é reservar uma quantia desse dinheiro extra para o pagamento das despesas prioritárias, principalmente as dívidas, que devem ser quitadas integralmente. No caso das vencidas, vale priorizar aquelas que possuem juros mais elevados, como as do cheque especial e as do cartão de crédito. Dessa maneira, o que restar, será para realizar uma viagem, comprar presentes ou até mesmo poupar como questão de investimento para o futuro.

O psicólogo e professor da Universidade Brasília, Rafael Boechat, explica que o poder da propaganda na sociedade é um dos motivos que levam as pessoas ao consumismo. O transtorno bipolar - picos de depressão e euforia - doença que atingi 1% da população mundial, também pode ser um dos causadores. Porém, segundo o psicólogo, a compulsão por comprar pode ser apenas uma característica de personalidade.

Rafael indica que, pessoas consumistas, não freqüentem lugares como shoppings e nunca

comprem no primeiro momento. "Se as pessoas pensassem antes de comprar, economizariam muito. Num segundo momento, deixariam de consumir muita coisa", explica.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2003, por perceber que os servidores estavam solicitando um aumento na margem consignável, iniciou uma série de palestras e cursos, com psicólogos e especialistas da área, sobre finanças pessoais.

Déia Barros

A servidora pública do STJ Déia Barros, 36 anos, foi uma consumidora compulsiva. Ficou endividada várias vezes, mas agora se considera uma pessoa controlada. "Parei de gastar quando comprei meu apartamento. Certa vez, tive que pegar dinheiro emprestado em banco para pagar uma das parcelas", lembra. Déia fez um dos cursos oferecidos pelo STJ, mas nunca procurou tratamento psicológico. Hoje, ela faz planejamento de suas finanças e compra exatamente o que precisa. A servidora diz deixar de ir a shoppings, principalmente, em época de promoção. Seu maior vício são CDs e livros. "Estou me reeducando. Agora me considero uma pessoa feliz", desabafa.

Marcos Antônio Barros Cavalcante, 40 anos, servidor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, apesar de ganhar um bom salário, gasta mais do que recebe. "Sou um pouco descontrolado e não faço nenhum tipo de planejamento", conta. Marcos, assim como Déia, por ter comprado apartamento, diz estar endividado. "O servidor por ter crédito fácil, sempre está se endividando", diz.

Fotos: Glauber Fernandes - Planet Photo

Marcos Antônio Barros

Ana Célia Araújo de Medeiros, 23 anos, servidora do Ministério Público da União (MPU), faz controle de todos os gastos. "Anoto tudo, inclusive supérfluos", diz. Ana nunca pegou empréstimo, mas, às vezes, gasta mais do que ganha. "Sempre que isso acontece, compenso no mês seguinte", conta. ■

DICAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS

Consumo de Energia Elétrica

- fechar o chuveiro enquanto ensaboar;
- apagar luzes acesas sem necessidade;
- desligar aparelhos que ficam com luzes acesas (leads). Ex.: TV, telefone sem fio, DVD, videocassetes, etc.;
- passar roupas de uma só vez, evitando esquentar o ferro várias vezes ao dia;
- substituir lâmpadas incandescentes, que consomem mais, por lâmpadas com a chamada luz fria.

Consumo de Água

- tomar banhos mais rápidos;
- fechar a torneira enquanto escovar os dentes;
- consertar vazamentos em torneiras que ficam pingando;
- fechar a torneira sempre que possível durante a lavagem das louças.

Telefone

- ser conciso no recado e no assunto;
- fazer as ligações interurbanas nos horários em que elas custam menos;
- evitar o telefone celular, pois é mais caro.

Roupas e sapatos

- evitar compras por impulso, a emoção é inimiga da razão;
- evitar grifes caras. Pesquise e encontrará bons produtos com preços mais acessíveis;
- aproveitar promoções e liqüidações.

Cheque Especial

- se não puder sair do cheque especial, negocie o valor do débito por um empréstimo com juros menores.

Financiamento por Cartão de Crédito

- usar o cartão de crédito para compras em parcelas somente com o parcelamento diretamente nas lojas. A fatura do cartão deve ser paga integralmente no seu vencimento, assim não haverá juros.

Empréstimos em Financeiras

- jamais utilizar empréstimos de financeiras. Prefira os bancos, que têm juros menores;
- confira sempre, e compare os juros em diferentes estabelecimentos de crédito. Pode haver diferenças enormes. A taxa de juros é tal qual o preço de um produto, se ela for maior, o pagamento será também maior.

Compras no Crediário

- compare preços à vista e à prazo, e confira a taxa de juros. O Código de Defesa do Consumidor obriga a informação da taxa de juros mensal e anual;
- não calcular apenas se a prestação cabe no orçamento. Ao comprar em 12 vezes, por exemplo, se adiar a compra e tiver disciplina para guardar o dinheiro, é possível que, com 8 ou 9 parcelas, pague a compra à vista. Então adie a compra, guarde o dinheiro e compre por menos.

Alexandre de Moraes

Total independência nas decisões do Conselho

Um dos representantes da sociedade no Conselho Nacional de Justiça, o jurista Alexandre de Moraes é dos profissionais que se destaca em praticamente todos os lugares por onde passa. Doutor em Direito do Estado, é professor de direito constitucional em duas universidades, ingressou muito jovem no Ministério Público (onde atuou por dez anos, após aprovação em concurso) e foi, aos 33 anos, o secretário de Justiça mais jovem do Estado de São Paulo, do ano de 2002 até junho passado.

Além disso, Moraes tem uma atuação ativa junto a movimentos populares e entidades da sociedade civil, além de ligação forte com a vida acadêmica, onde absorve realidades que costuma aproveitar durante suas considerações sobre os vários temas a discutidos pelo conselho. Fazem parte das principais demandas que ele luta para atender no CNJ, questões como maior acesso ao Judiciário, maior celeridade dos processos e, inclusive, procedimentos que levem a uma mudança da mentalidade da sociedade quanto à Justiça.

Moraes acredita que a composição do conselho poderia, no futuro, ser mais ampla, com a participação, também, de representantes das universidades. E tem opiniões próprias sobre como o Brasil deveria realizar as consultas populares, como o referendo realizado recentemente, por exemplo – ao seu ver, deveria haver mais tempo para discussão dos temas entre a população. Estas foram algumas das questões levantadas na entrevista a seguir:

Revista do Sindjus: Como o senhor avalia a representação da sociedade civil dentro do Conselho Nacional de Justiça?

Alexandre de Moraes: Acho que dentro do possível, dentro do que constitucionalmente é possível, presumível, razoável é uma representação boa. Talvez pudesse melhorar com maior número de vagas em vez de só duas, mas é uma representação boa. É um órgão técnico. Então é difícil escolher alguém que não seja de dentro do mundo jurídico, mas são pessoas de fora da magistratura, do Ministério Público, que não participam da política de classe da OAB, então isso dá um arejamento. Mais na frente, talvez seja possível para arejar o conselho vir a ter alguém indicado também pelas universidades, pelas faculdades de Direito, como acontece em outros países. Isso daria um arejamento maior. Essa pluralidade é muito importante, porque a visão de um juiz estadual de primeira instância é absolutamente diferente da visão do ministro do Tribunal Superior, que é diferente de um juiz do Tribunal Regional Federal, porque cada um tem a sua realidade, sabe as suas dificuldades. A gente percebe muito isso, em quatro meses de funcionamento do conselho, nas reuniões, quando um coloca a realidade do ponto de vista das comarcas, por exemplo. Tanto é que, para surpresa de muita gente já foram tomadas várias medidas que nem se esperava, como a questão do nepotismo, a questão do voto aberto e o fim das férias coletivas.

RS: O senhor acha que sua indicação, faz com que a sua atuação seja diferente da dos outros conselheiros?

AM: Não. Eu até comentava isso na semana passada semana passada com os outros conselheiros. Todos os relatórios são

autônomos, independentes. Agora, no caso dos representantes da sociedade, o conselheiro Joaquim Falcão que foi indicado pelo Senado e eu, pela Câmara dos Deputados, acaba que nós temos não apenas total independência como também uma ausência de ligação. Pois nós não vamos voltar depois de dois anos para quem nos indicou. Então não há esse problema de constrangimento por ser um membro, por exemplo, de um tribunal superior, ou do Ministério Público ou da própria OAB, que daqui há dois anos voltará para a instituição. Eu não sou deputado, o Joaquim Falcão não é senador e isso dá uma tranqüilidade muito grande.

RS: Ao seu ver, quais as principais demandas da sociedade já apresentadas ao conselho?

AM: A principal é aumentar a eficiência e rapidez na prestação da Justiça. Temos processos que demora seis, sete, às vezes doze anos. O que me faz recordar daquele ditado de que a Justiça tarda mas não falha. Esse ditado é mentiroso por si só, porque uma justiça tardia é falha. Então nosso grande desafio é resolver isso. Estamos com uma comissão de regulamentação da emenda 45, da qual eu faço parte, para regulamentar vários pontos que podem acelerar a Justiça, com novos recursos extraordinários, questão da súmula vinculante, maior transparência dos tribunais. E também meios de se acelerar a gestão administrativa, com a informatização e a estatística

RS: Existem, inclusive, várias críticas da população em relação à questão do acesso ao Judiciário, que é outro ponto bastante discutível. O que o senhor tem a dizer sobre esse aspecto?

AM: Sim, as maiores queixas são a prestação jurisdicional e a falta de acesso. Temos somente 20% da população brasileira com acesso ao Judiciário. Destes 20%, 2% chegam aos tribunais superiores. Então você vê a dificuldade. Vamos pegar um caso do INSS, por exemplo: constantemente o instituto se recusa a dar o pagamento correto ou a efetuar a correção monetária certa. Digamos que um determinado caso chegue até o Supremo. Só 2% dos 20% que têm acesso vão conseguir chegar. Aí há a decisão, que não vale para os outros, ou seja: o INSS continuará não pagando. Então esse acesso precisa ser ampliado.

RS: Vocês já têm idéia do que poderão utilizar para permitir essa ampliação?

AM: O conselho está promovendo o primeiro encontro dos juizados especiais estaduais e federais. Estamos pensando em criar uma comissão para que sirva como fórmula de ampliação desse mecanismo que deu certo, que é o juizado especial, mas que se continuar do jeito que está, em breve ficará abarrotado como o restante da Justiça. Então queremos pegar essa experiência boa e estender para várias causas, porque aí você amplia o acesso.

O senhor falou na Constituição cidadã e falou também em questões referentes à democracia. E se a gente transferir essa situação para o Judiciário? Nas questões coletivas, por exemplo, as pessoas se assustam de entrar com um processo ao lado de um monte de gente, com medo da sucumbência que serão geradas. Se aquele processo fosse repartido em várias feituras não deveria ter um mecanismo para desafogá-lo?

AM: Ah, sim. Uma das grandes leis a dar certo no Brasil foi a lei da ação civil pública, que trata de ações coletivas. Agora, deve ter um tratamento diferenciado exatamente por esse problema: se é coletiva aumenta muito o valor da causa e um outro problema é que se pode depois, entrar com uma ação individual e acaba não se resolvendo nada. Talvez fosse o momento de se aprimorar legislativamente isso, não só em relação à sua sucumbência, mas em relação a tentar o entendimento de, perdendo, se poder recomeçar tudo. Você pega um caso de milhares de pessoas, um juiz só dá a decisão em um tribunal. E agora? Tá corretíssima a sentença, mas o valor é muito alto e ninguém quer pagar quando perde.

RS: O CNJ vai regulamentar o que é atividade jurídica para fins de ingresso na magistratura. O que o senhor pensa sobre o assunto?

AM: Isso está dando uma confusão muito grande no país inteiro, porque alguns tribunais exigiam para os concursos, a prática forense que subtende-se que é a mesma coisa que atividade jurídica. Mas o que se quer saber é: no que consiste a atividade jurídica? É só o advogado? E as carreiras públicas em que se tem dedicação exclusiva, não vão poder ser contadas? Isso tudo está gerando um problema.

Além do que, quando se fala em três anos de experiência, se quer saber se esse tempo precisa ser contado desde a colação de grau, como estagiário, a partir da data da posse no cargo ou na inscrição do concurso. Há uma celeuma tão grande em torno do tema que na sessão de setembro, nós trouxemos a questão para o conselho. Estamos ouvindo todos

"Temos processos que demoram seis, sete, às vezes doze anos. O que me faz recordar daquele ditado de que a Justiça tarda mas não falha. Esse ditado é mentiroso por si só, porque uma justiça tardia é falha."

os tribunais, a OAB, o Ministério Público, para que até o final do mês de novembro a gente regulamente a que correspondem estes três anos de atividade jurídica e as outras especificações.

RS: Os servidores aguardam a imediata votação do PL que trata do PCS dos servidores do Judiciário. Gostaríamos de saber sua opinião sobre o assunto.

AM: Conversamos sobre esse e os outros projetos encaminhados pelo Legislativo para cá. Nosso grupo técnico deu um parecer, analisou, só que achamos que ainda há necessidade de uma conversa com os autores dos projetos até para ver alguma necessidade específica, pois há pontos de divergência entre o nosso relatório, nossa parte técnica, e o que veio. Mas é o caso de se sentar, conversar, principalmente porque alguns já estão em tramitação, então qualquer alteração precisa ser muito bem discutida porque pode atrasar muito. Isso pode acabar atravancando.

Apesar de ser um parecer técnico, tem a questão política, no sentido do bom andamento de cada projeto, até porque o parecer do CNJ não é vinculativo. Outra coisa que acabou causando esse sobrestamento nosso é que teremos que ver globalmente, também, os quatro projetos, que são ligados à União, do ponto de vista da repercussão orçamentária.

RS: Todo mundo quando fala no senhor fica com uma curiosidade: tão novo e já com uma carreira de tanto sucesso. Qual é a fórmula?

AM: Eu não sou mais tão novo (rindo). Não, não tem um fórmula. É trabalho, trabalho, e muito estudo. Na verdade, a coisa mais importante é que eu gosto do que faço. Eu sempre falo para meus amigos que não faço só o que eu gosto, mas gosto de tudo o que eu faço. Então o que eu pego eu me dedico. Nunca pensei na minha vida em dar aula nem em escrever, por exemplo.

Fiz a faculdade, prestei concurso para o Ministério Público, passei, daí surgiu a oportunidade de dar aula e pensei, vou fazer isso com gosto, com afinco. Daí vieram os alunos falando que eu deveria escrever, enfim, uma coisa levou a outra. Você fazendo com gosto é meio caminho andado. Agora, é lógico que é preciso dedicação e que eu tenho de sacrificar algumas coisas. Durmo de quatro a cinco horas por noite e quando preciso atualizar algo, fico alguns dias da semana sem dormir, porque para mim, as madrugadas rendem mais.

"As maiores queixas da sociedade em relação ao Judiciário são a prestação jurisdicional e a falta de acesso. Temos somente 20% da população brasileira com acesso ao Judiciário. Destes 20%, 2% chegam aos tribunais superiores. Então você vê a dificuldade que é".

RS: Para terminar, poderia falar do período em que atuou como secretário?

AM: Foi uma experiência ótima, sobretudo do ponto de vista administrativo. Fiquei três anos na secretaria e acho que toda pessoa que atua no Judiciário e no Ministério Público deveria ter essa experiência, para ver o que ocorre de dificuldade do outro lado. Às vezes a gente acha muito fácil pôr no papel que se faça isso ou aquilo, só que não sabe os reflexos disso, a dificuldade de se implementar. Neste sentido, particularmente para mim, que já tenho uma vida acadêmica, uma vida jurídica, a passagem pela secretaria me abriu muitos horizontes. A experiência administrativa faz com que se reflita mais na hora de analisar cada tema e aqui no conselho, isso está sendo muito válido.

RS: E como Alexandre de Moraes quer ser como conselheiro? Qual o perfil a ser adotado?

AM: Em um órgão colegiado ninguém pode querer ser uma referência, porque isso atrapalha o exame do órgão. Mas eu tenho me pautado exatamente por ser um canal da sociedade, de acesso ao conselho. Não só porque fui escolhido pela Câmara dos Deputados, mas também por causa do meu perfil, de contato universitário e com movimentos populares. ■

Reações ao fim do Nepotismo

As decisões do Conselho Nacional de Justiça(CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público(CNMP) que acabam com o nepotismo no Judiciário e no Ministério Público estão alimentando uma intensa polêmica. Contrários, presidentes de tribunais chegam a falar em rebeldia e anunciam artifícios para não cumprir a decisão do CNJ. Passados apenas seis dias da decisão, o Supremo Tribunal Federal(STF) já recebeu o 1º mandado de segurança contra o fim do nepotismo. Corregedores da Justiça dos 26 estados e o Distrito Federal sugerem aos tribunais de justiça que resistam ao cumprimento da decisão.

Em outra frente, as iniciativas do CNJ e CNMP ganham força entre a população, sindicatos de trabalhadores e entidades organizadas. A Resolução do Ministério Público para acabar com o nepotismo é de teor semelhante ao CNJ, só que o prazo para cumprir a decisão é de 60 dias, enquanto no Judiciário é de 90 dias. A batalha contra o ranço centenário do nepotismo promete ser longa.

Valdir Suzin

A Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça proíbe o exercício de cargo comissionado ou função gratificada por parentes até o terceiro grau de magistrados ou de servidores com atribuições de direção ou assessoramento. Igualmente é proibida a contratação e a manutenção de contrato de prestação de serviço com empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros e parentes até terceiro grau de membros e juízes vinculados ao tribunal contratante, bem como de ocupantes de cargos de direção ou assessoramento. A resolução também impede a reciprocidade de nomeações, o chamado nepotismo cruzado. Esta, por sinal foi uma das sugestões encaminhadas pelo Sindjus ao CNJ. O Conselho fixou em 90 dias o prazo para que os presidentes dos tribunais exonerem os atuais ocupantes de cargos comissionados ou função gratificada que configurem situação de nepotismo. O prazo começou a ser contado a partir da publicação da resolução no Diário da Justiça no dia 14 de novembro.

Combate ao Nepotismo no MP

O Conselho Nacional do Ministério Público(CNMP) aprovou uma resolução semelhante ao CNJ no início de outubro, porém com prazo menor para efetuar as exonerações. Parentes não concursados de membros do MP da União e estados até terceiro grau, incluindo cônjuge e companheiro, terão que ser exonerados em até 60 dias. A resolução também combate o nepotismo cruzado ao impedir a nomeação de parentes do MP para cargos em comissão em qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, da União, estados, Distrito Federal e municípios. Igualmente fica proibida a contratação de empresas prestadoras de serviço se os sócios, gerentes ou diretores forem parentes de membros do MP.

Manobras

A preocupação em perpetuar o nepotismo levou alguns tribunais a buscarem artifícios, no mínimo, curiosos. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte conseguiu aprovar na Assembléia Legislativa do estado lei que impede a nomeação de parentes de juízes e desembargadores para cargos comissionados no Judiciário potiguar. Porém, a mesma lei impede que sejam exonerados parentes de magistrados que já exercem cargos comissionados no Tribunal de Justiça. O detalhe é que o projeto, em apenas um dia, conseguiu passar pelas comissões da Assembléia, foi aprovado em plenário e sancionado pela governadora Wilma de Faria(PSB). Curioso ainda é que isso aconteceu uma semana antes de o CNJ anunciar a sua resolução.

No Rio Grande do Sul a presidência do Tribunal de Justiça considerou que o CNJ extrapolou de suas funções ao anunciar a Resolução nº7. O presidente do TJ-RS, Oswaldo Stefanello anunciou que vai ignorar a decisão do CNJ e cumprir apenas o que determina a Constituição estadual que proíbe o nepotismo no Judiciário, mas somente para parentes até o segundo grau.

As punições para quem não cumprir a resolução do CNJ ainda são motivo de controvérsia. Mas, os presidentes de tribunais poderão ser alvo de ações de improbidade ou até de ações penais, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 45.

Defesa do nepotismo à beira-mar

Outro movimento de resistência à Resolução nº 7 surgiu entre os corregedores da justiça dos 26 estados e o Distrito Federal. Reunidos em Maceió, na 1ª quinzena de novembro, os corregedores defenderam o combate ao nepotismo, mas afirmaram que tal decisão não compete ao CNJ. A iniciativa caberia ao Congresso Nacional por meio de Proposta de Emenda à Constituição(PEC). Na "Carta de Maceió", entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros(PMDB) os desembargadores alertam que o CNJ estaria usurpando a competência do Congresso de legislar e violando a autonomia dos tribunais. O documento sugere que os presidentes dos tribunais resistam ao cumprimento da resolução de combate ao nepotismo.

Parentes recorrem ao STF

Quatro servidores não concursados do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão(TRT-MA) foram os primeiros a ingressar com mandado de segurança no STF para ficar imunes ao efeitos da Resolução nº 7 do CNJ. Todos questionam a validade da resolução e alegam que foram contratados antes da proibição. As impetrantes são a mulher, filha e o genro do juiz Alcebíades Tavares e a filha do juiz aposentado aposentado Gilvan Chaves de Souza. A ministra do STF, Ellen Gracie foi escolhida para relatar o mandado de segurança. (Veja enquete às páginas 20 e 21).

Servidores contra a política do apadrinhamento

André Luis Rocha Cubas, servidor do TST há 17 anos
A decisão é excelente. Vai moralizar e valorizar o servidor de careira. Isso é o correto. Quem foi admitido através de concurso público é que deve ocupar as funções comissionadas. O judiciário deve dar o exemplo para que isso seja seguido pelos demais poderes. Meu irmão é juiz do TRF/1ª Região e nunca fez uso do cargo para nomear qualquer parente ou apadrinhar uma indicação.

Ana Gregório, servidora do MPU há 3 anos
A iniciativa é válida porque vai dar oportunidade para todos. Eu sempre fui contra o nepotismo. Como está hoje é um trem da alegria. Existem muitos servidores capazes, mas que não têm oportunidade de ocupar cargos de maior destaque porque não são apadrinhados. Apesar dessa falta de incentivo, muitos servidores continuam se aprimorando para ter condições de exercer os cargos comissionados.

José Orlando Corrêa, servidor do TST há 16 anos
A iniciativa é extremamente positiva. Democratiza o acesso ao serviço público, inclusive para ocupar cargos de maior relevância. A decisão terá eficácia na medida em que todos fiscalizarem, desde os servidores até o sindicato e sociedade organizada. Haverá dificuldades para cumprimento da decisão porque o nepotismo é um vício muito antigo no país. Alguém tem que começar e o Judiciário é o melhor lugar para deflagrar o processo.

Orlando Noleto, servidor do TSE há 16 anos
Essa iniciativa demorou para ser tomada. Só terá efeito se houver fiscalização. Eu temo algum tipo de manobra, como o nepotismo cruzado. Se a função comissionada não fosse tão bem remunerada, certamente haveria um número bem menor de apadrinhados interessados em ocupar o cargo. Pergunto: se parente ou apadrinhado é competente para exercer função comissionada, porque não é competente para prestar o concurso público?

Hélio Ferreira de Faria, servidor do TSE há 10 anos
Há um descontentamento generalizado entre os servidores de carreira quanto à prática de indicar parentes e apadrinhados para ocupar cargos em comissão. Se a decisão for cumprida será excelente para os servidores de carreira, mas para isso é fundamental a fiscalização por parte dos servidores de cada órgão. Servidor tem que atuar junto com o sindicato e denunciar descumprimento da decisão. Os demais poderes deveriam seguir o exemplo.

Ezeaquim Bezerra de Melo, servidor do STM há 25 anos
Decisão vai democratizar o acesso ao serviço público por meio de concurso e não de paternalismo. Acredito que haverá dificuldades no cumprimento da decisão em alguns órgãos em função da cultura do nepotismo e do ranço existente entre setores privilegiados. Hoje, temos muitos servidores de carreira com plenas condições de assumir cargos comissionados, mas que acabam sendo ocupados por apadrinhados.

Jorge Luis Araújo Ramos, servidor do STM há 16 anos
A decisão abre oportunidades para servidores de carreira. Atualmente são poucas as chances de concursado assumir função comissionada. Isso desestimula a busca por melhor qualificação. Os servidores devem procurar o sindicato para relatar casos de descumprimento.

Luis Geraldo do Nascimento, servidor da Justiça Federal há 9 anos
A resolução é acertada. Porém, não adianta somente o Judiciário tomar tal iniciativa. Todos os poderes deveriam fazer o mesmo. Essa medida valoriza o servidor de carreira e o incentiva a fazer cursos de qualificação. Considero que o prazo de 90 dias é adequado para implantar as mudanças.

Antônio Rodrigues da Silva, servidor do MPM há 15 anos
Acredito que vai ser muito difícil cumprir a decisão. Certamente os beneficiados vão enrolar e inventar obstáculos. A participação dos servidores, em parceria com o sindicato, vai ser fundamental para o cumprimento da decisão. Como a intenção é moralizar o serviço público o mesmo deveria acontecer com os demais poderes. Acho que o prazo é razoável para cumprir a determinação.

Benedito Ramos Andrade, servidor do MPU há 5 anos
A decisão é super-positiva. Eu só temo que possam ocorrer casos de nepotismo cruzado. Terá que haver uma fiscalização intensa por parte dos servidores e do próprio sindicato. A medida serve de incentivo para que os servidores de carreira invistam em seu aperfeiçoamento. Acredito que vão surgir muitas dificuldades na implantação.

Anderson Rodrigues Sobrinho, servidor do TST há 3 anos
Se a decisão for cumprida será ótimo. O fato de uma pessoa ser parente de um juiz, por exemplo, não quer dizer que não seja qualificada, mas essa pessoa tem que ingressar na carreira como os demais, ou seja, através de concurso público. Muitos são penalizados porque têm qualidades mas não têm parentesco. Será que vai haver fiscalização e meios de aplicar algum tipo de punição para quem não cumprir a resolução?

Ramatiz Soares, servidor do TRE-DF há 10 anos
Em primeiro lugar deve-se cumprir a lei que diz que o acesso ao serviço público é por meio de concurso público. Eu até admito que nas situações onde não haja servidor de carreira qualificado seja feita a indicação de servidores não concursados, mas isso em número reduzido ao extremo. Imagino que haverá muitas dificuldades para o cumprimento da decisão porque o nepotismo está enraizado na cultura do país.

Simone das Dores, servidora do TRE-DF há 9 anos
Eu considero que a medida é benéfica. Temo que ocorram resistências para o cumprimento da resolução do CNJ. Acredito que se o sindicato não fiscalizar, a lei não vai ser cumprida. Eu não descarto a hipótese de que alguns recorram ao artifício do nepotismo cruzado. É importante que decisão seja cumprida, pois vai valorizar o servidor de carreira.

Evailton Araújo Santos, servidor do MPDFT há 10 anos
Eu considero que a iniciativa é até tardia, já que o nepotismo fere o preceito constitucional de que a investidura em cargo público deve ser feita via concurso. Acredito que vão ocorrer tentativas de achar brechas, como o nepotismo cruzado. Por isso o sindicato tem que estar atento para fiscalizar o cumprimento da decisão.

Carmem Silva Rodrigues Barreto de Souza, servidora do MPDFT há 10 anos
Certamente vão ocorrer resistências, principalmente entre aqueles não concursados que ocupam cargos comissionados há mais tempo. Cabe aos servidores e ao sindicato fiscalizar o cumprimento da decisão e denunciar os faltosos.

Mizael de Carvalho, servidor do TJ-DF há 2 anos
Essa decisão valoriza o servidor de carreira e também o incentiva a investir em treinamento e no seu aperfeiçoamento. Não tenho dúvidas de que os atuais beneficiados vão oferecer resistências. O sindicato deve fiscalizar e denunciar casos de descumprimento. Acredito que se a pessoa é competente para exercer função comissionada também deve mostrar competência para passar em concurso público.

Fotos: Glauber Fernandes - Planet Photo

COISAS & CASOS na justiça

Intolerância religiosa

Atendendo a pedido do MPF, a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia, mandou suspender, em decisão liminar, a venda e circulação do livro "Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?", de autoria do bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus. A juíza Nair Cristina de Castro considerou que o livro, que já vendeu 2,5 milhões de exemplares, excede os limites da liberdade religiosa, por "tratar pejorativamente outra religião e seus adeptos, incitando à discriminação". O livro qualifica a umbanda, a quimbanda e o candomblé, expressões religiosas afro-brasileiras, como "seitas demoníacas", que seriam responsáveis pelo subdesenvolvimento do País e pelo uso de entorpecentes.

O fim do habeas corpus

Em artigo publicado na edição de novembro da revista marxista americana Monthly Review, o sociólogo belga Jean-Claude Paye afirma que a nova lei antiterrorista aprovada pelo parlamento britânico no mês de março virtualmente extinguiu o instituto do habeas corpus e criou uma nova forma de regime político na Grã-Bretanha. Segundo Paye, a lei atenta contra o princípio da separação dos poderes, ao dar prerrogativas judiciais ao secretário do interior; reduz a praticamente nada o direito à defesa; e estabelece a primazia da suspeição sobre os fatos, pois restringe a liberdade dos indivíduos com base "não no que eles fizeram, mas no que o secretário do interior acha que eles poderiam ter feito ou podem fazer".

Baixaria na Internet

Os provedores da Internet AOL, UOL, Click 21, Terra, IG e a Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet) assinaram, no dia 10 de novembro, termo de compromisso na Procuradoria da República em São Paulo com o objetivo de prevenir e combater a pornografia infantil, o racismo e outras formas de discriminação. Uma campanha divulgará a legislação aplicável a esses casos e os usuários poderão denunciar os crimes cometidos na rede no seguinte endereço: http://www.prsp.mpf.gov.br/digidenuncia.htm

Rede TV! enquadrada

Depois de ficar 25 horas fora do ar, por determinação judicial, a Rede TV! firmou acordo histórico em São Paulo, no dia 15 de novembro, pelo qual desembolsará R$ 600 mil a título de indenização, cobrindo também custos de produção de programas de direitos humanos que deverá veicular para compensar ofensas que veiculou. O acordo envolve o MPF e seis organizações não-governamentais, que impetraram Ação Civil Pública pedindo a cassação da concessão de seu canal por divulgar seguidos ataques aos direitos humanos, em especial dos homossexuais, no programa Tarde Quente, do apresentador João Kleber.

Viva a República!

O Conselho Federal da OAB, a Associação dos Juízes Federais do Brasil, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e a Associação Nacional dos Procuradores da República encaminharam manifesto ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, declarando irrestrito apoio aos termos de suas resoluções proibindo a prática do nepotismo no Poder Judiciário e no Ministério Público. No documento, datado de 8 de novembro, as entidades afirmam que é preciso aperfeiçoar os mecanismos que tornem "implacável e cada vez mais eficaz" o combate ao nepotismo. "A causa é da cidadania, fundamentando-se nos mais elementares princípios da ética republicana e da moralidade administrativa", concluem.

Produtividade em alta - I

De janeiro a outubro, o Superior Tribunal de Justiça julgou 232.143 processos, um aumento de 15,61% em relação ao total de julgados no mesmo período do ano passado (200.795). O ritmo de ajuizamento de ações e recursos no STJ foi semelhante ao verificado no ano passado. No período, foram distribuídos 177.196 processos contra 178.015 do ano anterior. Os dados foram divulgados pelo Núcleo de Estatística do Tribunal.

Produtividade em alta - II

Também está em alta a produtividade da Corte Especial do STJ. Nos últimos 19 meses (abril de 2004 a outubro de 2005), aquela instância concluiu 1.006 ações, contra 695 processos julgados entre abril de 2002 e outubro de 2003. Um aumento de 44,7%.

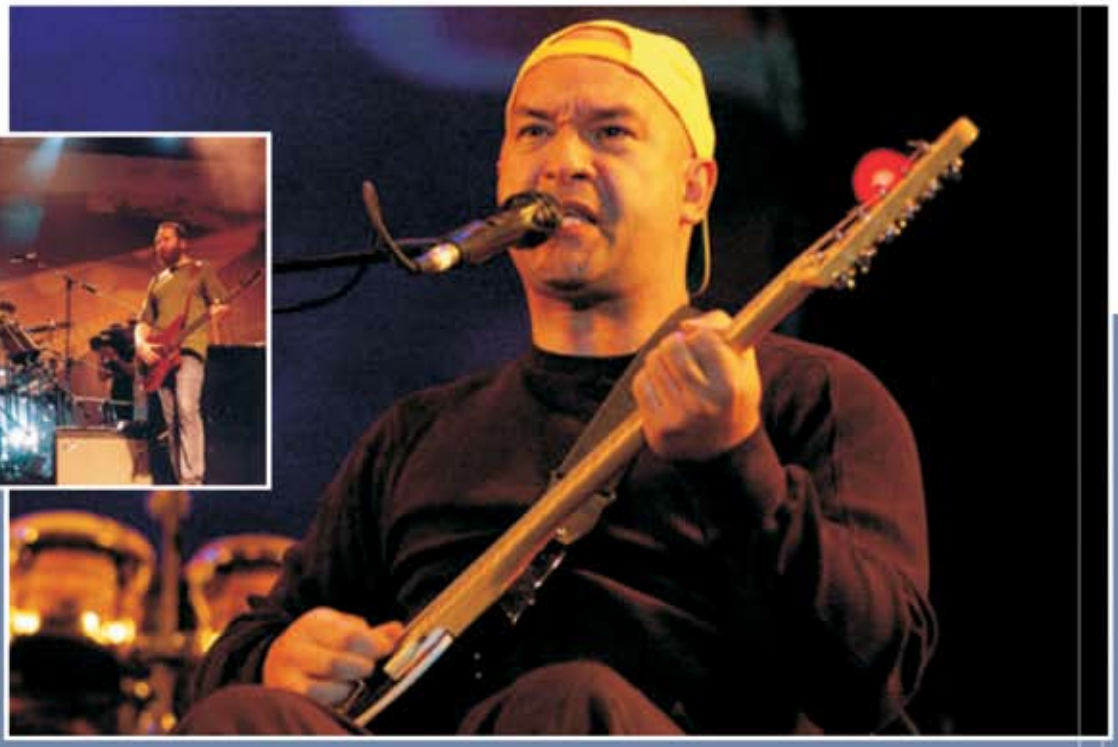
Assassinado com balas ilegais

Segundo o diário britânico "Daily Telegraph", a polícia londrina utilizou balas do tipo "dundum" nos disparos que mataram o eletricista brasileiro Jean Charles de Menezes, alegadamente confundido com um terrorista muçulmano. Essas balas têm a ponta oca, para se estilhaçar e provocar maiores lesões ao penetrar no corpo da vítima. Esta parece ter sido a primeira vez que a polícia britânica a munição, que é ilegal. Jean Charles foi assassinado no dia 22 de julho, com sete tiros na cabeça e um no ombro, na estação de metrô Stockwell, em Londres.

"Fala-se nas penas da lei como se esta fosse uma galinha prodigiosa. As penas da lei são as penas dos homens, sempre classistas, preservadoras dos direitos dos que dominam o jogo social".

Millôr Fernandes, 1956

Festa do Sindjus



Os Paralamas

10 de dezembro,
a partir das 22h
Pavilhão do Parque
da Cidade

Sucesso

SINDJUS-DF